

## Sociedade Série Inclusão no Mercado de Trabalho

# Depois de anos de rua, Ana encontrou trabalho, amor e casa

Fez parte do projecto-piloto de Formação para Pessoas sem Abrigo. Hoje trabalha na retaguarda do apoio domiciliário. Sexto capítulo da série sobre inclusão laboral, em dose dupla

### Ana Cristina Pereira

Há um antes e um depois da Plataforma + Emprego na vida de Ana Alves. Antes da P+E, dias devotados às drogas e noites mal dormidas em vãos de escadas, entradas de prédios, prédios devolutos, pensões de fim de linha. Depois da P+E vieram os dias de trabalho árduo, primeiro precário, agora estável, e noites de descanso na pequena casa que partilha com o companheiro.

“Perdi muitos anos da minha vida”, diz a mulher, de 46 anos, toda vestida de branco, encolhendo-se num cadeirão azul. Entre os 18 e os 40 anos, uma intermitência de drogas, desintoxicações, recaídas, sem que a mãe desistisse dela, lhe trancasse a porta. “Se fosse hoje em dia, não fazia nada, nada, nada do que fiz. Fazia tudo, tudo como faço agora.”

O que Ana faz agora é trabalhar na associação mutualista Benéfica e Previdente. Estreou-se na lavandaria, passou para a cozinha, na retaguarda do serviço de apoio domiciliário e outras valências. “Adoro estar aqui. Além de gostar de cozinhar, gosto de aprender.” Todos os anos, ali mesmo, horas de formação. “Aprendi a fazer bolo de chocolate, bolo de laranja, formigos, tanta coisa!”

### Competências para a integração

Tudo começou na primeira Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de sem Abrigo

(2009-2015). Na rede interinstitucional que então se montou no Porto, surgiu a ideia de seleccionar pessoas com perfil de empregabilidade e identificar empresas ou instituições que lhes pudessem dar trabalho.

A P+E envolvia várias entidades do Núcleo de Planeamento e Intervenção em Sem-Abrigo (NPISA) do Porto e era coordenada por Jorge Mayer, voluntário e gestor da EDP, Alfredo Figueiredo Costa, então coordenador da Welcome Home, e Olga Rocha, técnica da Segurança Social. A adesão do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) permitiu ir além da agência de emprego, desenvolver um projecto-piloto de formação adaptada.

“Houve grande abertura do IEFP, que assumiu o desafio de, connosco, fazer pela primeira vez uma formação dedicada aos sem-abrigo”, recorda Mayer. Atendendo à motivação frágil, ao medo de assumir compromissos de longo prazo, à dificuldade em cumprir horários e regras, idealizaram um percurso curto, a que chamaram “Competências para a integração”. Combinaram essa formação, centrada na expressão corporal e teatral, com formação em jardinagem. “Havia muita flexibilidade. Os horários eram combinados com as pessoas. Elas não perdiam o apoio se faltassem.”

A primeira edição, de que Ana fez parte, decorreu em 2014/2015. Naquela altura, já não dormia onde calhava. Com a ajuda da Arrimo – Organização Cooperativa para Des-



envolvimento Social e Comunitário, trocara a heroína pela metadona e passara a dormir numa pensão, que pagava com o Rendimento Social de Inserção (RSI) e a Acção Social. Não consumia cocaína havia dois meses. E, desta vez, não haveria de voltar atrás. Estava cansada daquela servidão.

### O luxo de ter uma casa

Eram 20 pessoas com fraca escolaridade e pouca experiência de trabalho. “Era para a gente ter a responsabilidade de se levantar, de aparecer a horas.” E Ana “até gostava de ir, de ter horários, de ter aquelas pessoas a apoiar”. Dava por ela a pensar: “Eu não tenho nada, mas se começar a construir alguma coisinha devagarinho...”

Só 15 chegaram ao fim. Ana e outros três assinaram um Contrato Emprego Inserção +, um programa de trabalho socialmente necessário destinado a beneficiários de RSI. Dois seguiram para trabalho temporário, dois para o Centro de Reabilitação Profissional, um para um curso de educação e formação, três para comunidades terapêuticas.

Durante um ano, Ana arrancou ervas daninhas e fez pequenas podas em troca de uma bolsa. Naquelas tarefas conheceu o companheiro, que também integrava um CEI+ na Câmara do Porto. Ele nunca consumiu drogas e isso encorajou-a. “Pedi ao enfermeiro para me reduzir a metadona. Quando cheguei às duas

**“Se fosse hoje em dia, não fazia nada, nada, nada do que fiz. Fazia tudo, tudo, tudo como faço agora”, diz Ana**

gotas, deixei. Graças a Deus, até hoje.”

Arrendaram um pequeno apartamento. “Nunca tinha tido uma casa!” Um luxo meter a chave na porta e entrar quando quer. Não têm muitas horas para namorar. Ela trabalha das 7h às 15h ou das 8h30 às 16h. Ele vai trabalhar antes das 20h e volta depois das 4h. “Tanto anda com a carrinha



EFFE.NEWS

gas. Ela ainda cumpriu um contrato temporário na Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro, regressou ao RSI e assinou um CEI+ com a Benéfica antes de ficar efectiva.

O seu grupo não foi o único. Seguiram-se outras três edições da formação destinada a pessoas sem abrigo – com mais horas, estágio integrado, menos sucesso. Em 2018, uma candidatura a fundos europeus foi preparada pelos parceiros e encabeçada pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. A P+E passou a ter dois técnicos a tempo inteiro.

### IEFP “tem estado ausente”

Ao que diz Jorge Mayer, na primeira fase, 42 pessoas assinaram contratos de trabalho. Nesta segunda, 30. E correu bem. “Em 72 pessoas, tivemos problemas com duas. Uma ficou a trabalhar na mesma entidade, mas mudou de sector. Outra teve uma série de faltas injustificadas.”

Em 2018, quando a câmara assumiu a coordenação do NPISA, o eixo do emprego passou para a alçada do IEFP. Mayer aplaude a acção da autarquia, não do IEFP. “O IEFP tem estado ausente”, lamenta. “Há um ano que não há reunião. Deixaram de responder a *emails* e a telefonemas.” E isto “tem impacto na missão comum”. Um projecto com resultados perde eficácia por motivos que lhe são alheios. “Continuamos a tentar inserir pessoas no mercado de trabalho, mas queríamos fazer formação e não estamos a fazer. Esta formação precisa do IEFP”, esclarece.

Ninguém, ali, quer deixar de ajudar a realizar histórias como a de Ana. “Nós podemos ser úteis para a sociedade”, enfatiza ela. “Falo por mim. Eu sou um exemplo. A gente tem de acreditar em nós, mas tem de haver alguém que também acredite... É preciso dar oportunidade”, diz ainda. “Há pessoas que são ajudadas, vão pedir trabalho aqui e acolá e, pelo anterior delas, não lhes dão trabalho. Deixam outra vez de acreditar em tudo.”

O programa Incorpora, da Fundação “la Caixa”, em colaboração com o BPI e o IEFP, tem como objectivo fomentar o emprego para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesta série de seis reportagens apoiadas, o PÚBLICO apresenta um conjunto de retratos representativos dos diversos grupos-alvo da iniciativa. As reportagens são guiadas por critérios editoriais, sem qualquer relação directa com os apoios atribuídos pelo programa.

Com o apoio de:



a apanhar lixo como anda a varrer.” Aproveita as horas que têm. Nunca tinha tido uma relação assim, em que pudesse ser ela e pudesse ser parte de uma união, partilhar a vida, imaginar um futuro, construí-lo. “Eu hoje sou uma pessoa feliz.”

Não a largaram. Findo o CEI+, os membros da P+E desdobravam-se em contactos para a recolocar e aos cole-

## Reinserção

# Manuel saiu da rua, está a trabalhar, mas como pagar uma renda sozinho?

Ana Cristina Pereira

Se o preço das rendas não tivesse disparado, Manuel Leite já não estaria num apartamento partilhado com outras pessoas com experiência de rua. Ganha o salário mínimo, faz os seus descontos, paga pensão de alimentos à filha, que só conheceu depois de se inserir no mercado de trabalho.

Um caminho atribulado até aos 48 anos. “Aos 16 já estava agarrado à heroína”, lembra. “Algumas doutoras da Segurança Social, a Olga Rocha e a Paula França, tiraram-me da rua. Estive três anos ou mais numa pensão.” Foi-lhe atribuído um gestor de caso: um técnico da Associação para o Planeamento da Família, que ficou responsável por acompanhar o processo dali em diante.

Livrou-se das drogas de uso. Integrou a segunda formação de “Competências para a integração” de pessoas em situação de sem abrigo desenvolvida pela Plataforma + Emprego em 2016, com uma componente de saber estar (respeitar horários, regras, hierarquias) e outra de cozinha. Como só tinha o 9.º ano, iniciou o processo de Revalidação, Validação e Certificação de Competências (RVCC) para ficar com o 12.º. Entretanto, foi integrado naquele apartamento de três quartos.

### Querer ajudar

O apartamento é propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Foi cedido ao Núcleo de Planeamento e Intervenção em Sem-Abrigo (NPISA) em 2017, como trampolim para ajudar pessoas com experiência de rua a “dar o salto” de um quarto de casa, pensão ou hospedaria, opções que o boom do turismo estava a arrasar.

Manuel partilhava-o com dois homens. Um mais velho, doente, sem uma perna, com uma baixa pensão de invalidez. E um mais novo, mais parecido com ele, com um passado de abuso de drogas e expectativa de inserção laboral. Houve toda uma intervenção técnica para que ali se respeitassem regras de convivência. “Gente da rua a viver na mesma casa não é fácil.”

Devagarinho, Manuel estava a organizar a vida. “Atribuíram-me técnico de manutenção”, diz ele. “A minha formação [a esse nível] foi ter nascido numa família que tinha oficinas de torneiro mecânico e ter desenvolvido isso. Tenho habilidade. Faço de tudo. Tudo o que há numa casa, eu sei arranjar. Pichelaria, pintura, tudo. Também faço cozido à

portuguesa e costelas grelhadas.”

Em 2018, cumpriu um Contrato Emprego e Inserção +, trabalho socialmente útil em troca de uma bolsa, na Cooperativa do Povo Português. Correu tão bem que em 2019 assinou um contrato sem termo. O Tribunal de Família e Menores lembrou-lhe que tinha uma filha de 15 anos e que o Estado o substituíra na pensão de alimentos. Estava na hora de assumir essa responsabilidade. “Mortinho para ter condições para ajudar estava eu! Se há coisa que tenho de fazer é ajudar!”

Só a vira quando fizera o teste de paternidade, era ela ainda um bebé. Houve um trabalho de aproximação. “Eu queria conhecê-la. Fiquei muito feliz. Ela é boa aluna. Estuda Artes”, diz. Quer compensá-la pela longa ausência. “Do pouco que ganho, pago a pensão da minha filha. O tribunal pede cem euros. Eu dou-lhe mais. Partilho com a minha filha. Não posso pagar uma renda de 400 euros.”

### Andar para trás

Nos últimos meses, sentiu o chão tremer. A Santa Casa aliou-se à Escola Superior de Santa Maria e à SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria para desenvolver o projecto Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção. E decidiu atribuir aquele apartamento a esse projecto. Era preciso desocupá-lo. Propuseram-lhe que integrasse um novo projecto, partilhando outro apartamento com outras pessoas.

Primeiro, Manuel disse que sim. Sujeitou-se ao apurado processo de selecção. Depois, disse que não. “Em vez de andar para a frente, querem que ande para trás?! Estou a partilhar uma casa com dois e querem que vá partilhar com quatro?” Ficou revoltado. “Andei tanto para sair da droga.

Querem que vá partilhar casa com pessoas que usam drogas? Se fosse para ali, ia dar-me mal. Eu conheço-me. Preferia ir para a rua.”

A sua expectativa era sair dali para algo melhor. Gostava de ter um espaço onde pudesse receber a filha ao fim-de-semana. Candidatara-se a uma casa da câmara, mas o processo fora indeferido. E não conseguia ver uma alternativa. Estava a descompensar. “Estou a construir uma salamandra. Vou pôr umas rodas. Estaciono ao pé da câmara. Monto uma barraca. Já vivi tantos anos na rua...”

A Santa Casa não respondeu ao pedido de esclarecimento feito pelo PÚBLICO. Ao que foi possível apurar, o apartamento passou para o Projecto Home4Homeless, um projecto de apartamentos partilhados que está a desenvolver em parceria com a Benéfica e Previdente, com financiamento do Estado, o que permitirá dar continuidade ao trabalho que estava a ser feito. A aposta da nova Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (2017-2023) é a habitação de longa duração. Há verba para projectos dessa natureza.

Manuel tem seis meses, prorrogáveis, para encontrar uma solução. Enfrentará o drama de muitos trabalhadores pobres, mas com uma estrutura emocional e familiar fragilizada por anos de drogas e rua. Terá de recorrer ao Porto Solidário, o programa municipal de apoio à renda, outra medida temporária, de partilhar um apartamento no mercado regular com familiares ou amigos, ou de ir morar para mais longe do trabalho. Para já, só consegue ver uma hipótese: habitação social. “Eu tenho uma filha, queria ajudar a criá-la, queria ajudá-la a ir para a universidade. É difícil entender?”

PAULO PIMENTA



Manuel é técnico de manutenção